

51% dos BOs por agressão são registrados após 24h

Dados da SSP-SP se referem a denúncias de violência doméstica

Da Redação

Mais da metade dos boletins de ocorrência registrados em Campinas (SP) contra violência doméstica são registrados mais de 24h após a agressão, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP). Na cidade foram registrados 14.867 B.O.s entre 2021 e 2025. Do montante, 7.327 registros, o que corresponde a 49% dos casos, foram realizados no mesmo dia da agressão, ao passo que 7.540s, ou seja, 51%, foram formalizados em datas posteriores ou não dispunham de informação sobre o dia do fato.

O levantamento detalha o intervalo temporal entre o ato de violência e o registro oficial, apontando que 3.749 notificações, ou 25,2%, ocorreram no dia seguinte ao episódio, enquanto 2.343 casos, representando 15,7%, foram registrados em um prazo de 2 a 7 dias depois.

Em intervalos maiores, os dados indicam que 806 ocorrências, correspondendo a 5,4%, foram feitas entre 8 e 30 dias após o ocorrido, seguidas por 180 registros, ou 1,2%, realizados entre 31 e 90 dias depois.

As estatísticas mostram ainda que 87 boletins, equivalentes a 0,6%, foram lavrados entre 91 e 180 dias após a agressão, 34 casos, ou 0,2%, ocorreram de 181 a 365 dias depois, e outros 34 registros, também 0,2%, foram efetuados entre 1 e 5 anos após o fato, restando 21 ocorrências, que totalizam 0,1%, formalizadas mais de 5 anos depois da violência sofrida.

Há casos em que o intervalo (entre a ocorrência do crime e a formalização da denúncia) atinge patamares elevados, chegando a 20 anos de diferença, como um episódio ocorrido em 2005 cujo boletim de ocorrência foi lavrado apenas em 2025.

Ainda de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, houve um crescimento no volume de notificações desse tipo crime em Campinas. Foram 47 registros em 2021; 2.636 em 2022; 3.751 em 2023, 4.115 em 2024; e 4.318 no ano passado.

A efetivação do boletim de ocorrência em Campinas permite que a mulher acesse o acolhimento em abrigos, auxílio moradia e outros serviços disponibilizados na rede municipal que dependem obrigatoriamente do registro oficial para a viabilização do suporte.



Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Projeto de Lei prevê atendimento imediato humanizado e especializado às vítimas

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Proposta de Calixto quer prevenir feminicídio em Campinas

Onde buscar ajuda

O Ceamo (Centro de Referência no Apoio à Mulher) disponibiliza acolhimento, orientação e encaminhamento para os serviços da rede de proteção de forma presencial, por telefone ou via encaminhamentos de delegacias, unidades de saúde e demais instituições.

Atua como um serviço público especializado da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, voltado ao atendimento de mulheres que vivenciam situações de violência de gênero, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais.

O objetivo é oferecer suporte para que a mulher possa romper o ciclo de violência e reconstruir sua autonomia, fornecendo apoio psicológico e social, com encami-

nhamento para abrigos, serviços de saúde e assistência jurídica.

Funciona na Rua Onze de Agosto, 412, no Centro, com expediente de segunda a sexta-feira, entre 8h e 19h, atendendo pelo telefone e WhatsApp (19) 3735-9499. O governo paulista anunciou a implementação de um novo sistema que viabiliza o registro de casos de violência doméstica no próprio local da ocorrência no momento do acionamento policial, medida que visa dispensar o deslocamento da vítima até uma delegacia para a formalização da denúncia.

Os dados serão enviados para a Delegacia de Defesa da Mulher para agilizar a concessão de medidas de proteção, sendo que o projeto inicia em fase de testes em Santos e terá expansão para todo o estado nos meses seguintes.

Prevenção ao feminicídio

A vereadora Guida Calixto (PT-SP) protocolou um Projeto de Lei na Câmara que institui o Sistema Municipal de Prevenção ao Feminicídio integrado com o Pacto Nacional Brasil Contra Feminicídio. O sistema tem por finalidade enfrentar e erradicar todos os tipos e formas de violência contra a mulher e a eliminação da violência letal por razões da condição do sexo feminino.

O texto prevê atendimento imediato humanizado e especializado às mulheres que registrarem ocorrência, conforme previsto na Lei Maria da Penha; o acompanhamento sistemático da vítima pelos serviços da rede de proteção; e a prioridade na fiscalização e efetivação na execução das medidas protetivas de urgência. Prevê ainda o acesso a abrigo seguro quando necessário; o atendimento psicológico, jurídico gratuito e continuado à vítima e seus familiares; o acolhimento às mulheres em situação de violência e colaboração em garantir os instrumentos tecnológicos para o monitoramento eletrônico (tornozeleira eletrônica) aos agressores. Assim como ocorre com os demais projetos da Casa, para se tornar lei a proposta precisa ser aprovada pelos vereadores duas vezes no Plenário e, na sequência, ser sancionada pelo prefeito.

Comissão discute reforma tributária

A Comissão Especial de Estudos (CEE) sobre a Reforma Tributária da Câmara Municipal de Campinas realizou na terça-feira (10) a oitava reunião para discutir os impactos das mudanças no sistema tributário brasileiro para os municípios. O encontro ocorreu no plenário José Maria Matosinho e reuniu especialistas das áreas tributária, contábil, fiscal e jurídica.

O debate abordou principalmente o início das alterações da chamada Reforma Tributária do Consumo e os desafios que cidades terão durante o período de transição para o novo modelo. Entre os participantes estavam o secretário municipal de Finanças de Campinas, Aurílio Caiaido; a secretária da Fazenda de Florianópolis (SC), Michele Patrícia Roncálio; e o auditor fiscal da Secretaria da Fazenda da Bahia, Álvaro Bahia.

Durante o encontro, Caiaido destacou que os municípios terão de enfrentar desafios estruturais para adaptar a gestão tributária ao novo sistema. Segundo ele, os próximos anos serão decisivos para a criação e consolidação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), responsável pela administração do novo tributo compartilhado entre estados e municípios.

Entre as dificuldades apontadas pelo secretário estão a complexidade da estrutura do comitê, os impactos da reforma no setor de serviços — especialmente para microempreendedores individuais (MEIs) — e mudanças tecnológicas necessárias, como a alteração do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que deverá passar de formato numérico para alfanumérico. Autor da proposta que criou a comissão, o vereador Luis Yabiku (Republicanos) afirmou que o acompanhamento da implementação da reforma é essencial para que as administrações municipais e os contribuintes possam se preparar para as mudanças. “A reunião oferece uma visão clara sobre como será o período de transição e quais os impactos para as finanças municipais”, disse.

A reforma tributária prevê a criação de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), administrado por estados e municípios.